

## AS PERSPECTIVAS DA HOLANDA E DO BRASIL DO "TEMPO DOS FLAMENGOS"

ERNST VAN DEN BOOGAART

*Historiador e curador de exposições históricas sobre o Brasil Holandês*

O JESUÍTA ANTONIO VIEIRA DESCREVEU MEU PAÍS DE ORIGEM COMO "aquele inferno frio e aguado". Como vocês vão entender, estou extremamente grato ao Instituto Ricardo Brennand pela oportunidade de fugir daquela região condenada. Considero uma honra dar a palestra final deste encontro.

Esta conferência é dedicada ao "passado compartilhado" entre Brasil e Holanda durante o século XVII. Esse rótulo é uma descrição diplomática. Afinal, aquele "passado compartilhado" consistia de uma década de conflito violento, um período muito curto de ocupação holandesa e outra década de guerra destrutiva. Os protagonistas desse conflito lutaram pelo domínio exclusivo de um país. Não estavam inclinados a compartilhar muita coisa ou, caso necessitassem, o fariam estritamente nos seus próprios termos. No entanto, é certamente verdadeiro que os *historiadores* brasileiros e holandeses compartilharam esse passado por muito tempo.<sup>1</sup> Por mais de cento e cinquenta anos estudaram e escreveram a respeito dele.

<sup>1</sup> J. H. Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil* (Rio de Janeiro, 1952); Marcos Cezar de Freitas (ed.), *Historiografia brasileira em perspectiva* (São Paulo, 1998).

Nos seus estudos sobre o século XVII, quanto aos confrontos entre os holandeses e os habitantes do Nordeste, os historiadores brasileiros e holandeses estabeleceram muito terreno em comum. Porém, isso não quer dizer que vejam as questões sob a mesma ótica, que atribuam significados idênticos ou até semelhantes aos pontos sobre os quais concordam. Nesta fala gostaria de apresentar algumas observações sobre essas perspectivas e atribuições de significado divergentes. O que tenho a oferecer é uma exploração preliminar, uma obra em andamento. Ofereço as observações como questões para discussão; de maneira nenhuma como afirmações definitivas sobre a questão.

As primeiras duas monografias sobre o período holandês no Brasil foram escritas no meio do século XIX pelo brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen e o holandês Pieter Marinus Netscher. Consideravam-se historiadores científicos. Para eles isso significou várias coisas. Primeiro, tiveram que evitar pressuposições teológicas e partidarismo definido. Era para se estudar a história como assunto puramente secular, centrado sobre a política. Na sua visão, não a igreja, e sim, o estado nacional mantinha o povo junto, exprimia sua vontade coletiva mais rigorosamente e determinava sua vida da forma mais profunda. Segundo, a abordagem científica implicava numa obrigação de tentar encontrar a verdade, toda a verdade e nada além da verdade. Antes de escrever, os historiadores científicos tiveram de coletar e avaliar criticamente em princípio todas as fontes disponíveis, publicadas e não publicadas, portuguesas e holandesas. Como juízes imparciais tiveram que evitar não só partidarismo religioso, mas também nacional. Por mais que tentassem ser científicos, tanto Varnhagen como Netscher, mesmo assim, queriam celebrar os grandes feitos dos seus ancestrais masculinos. Nesse sentido, suas histórias científicas ainda estavam claramente conectadas ao estilo laudatório e exemplar de escrever a história.

Embora Varnhagen e Netscher concordassem amplamente sobre como estudar seu tema e escrevessem sobre os mesmos fatos e eventos históricos, suas obras demonstram uma divergência de perspectiva de-

vida à estrutura nacional e política que aplicaram às suas narrativas. A forma pela qual cada historiador viu seu passado foi moldada segundo as preocupações contemporâneas das comunidades do estado nacional em que cada um viveu.

O diplomata e historiador Varnhagen começou a estudar o período holandês como parte do seu trabalho mais abrangente: a *História geral do Brasil* e mais tarde dedicou um estudo separado a isso: a *História das lutas com os holandeses no Brasil*. Ele dedicou a *História Geral* principalmente ao período colonial, mas nela passou uma mensagem que ele considerou ser altamente relevante para seus contemporâneos no Império independente brasileiro. Para Varnhagen as continuidades entre os períodos coloniais e nacionais importavam mais que as diferenças. Ele valorizou a continuidade do reinado no Brasil de monarcas da Casa Portuguesa de Bragança. Para ele, o centralismo inerente à monarquia garantiu a integridade do imenso território adquirido durante o período colonial; o princípio monárquico de *classificação* social por descendência manteve uma hierarquia social que havia se justificado durante muitos séculos; a monarquia manteve o papel principal no governo e sociedade dos homens, brancos, de língua portuguesa; a continuidade entre os períodos colonial e nacional havia protegido o Brasil dos recorrentes separatismos regionais e de revoluções sociais que contaminaram os países de língua espanhola circundantes; a unidade do seu imenso território e a estabilidade social foram as melhores garantias do Brasil pelo seu continuado desenvolvimento e pela sua posição enquanto poder nas Américas.

A perspectiva nacional-monárquica do século XIX sobre o passado colonial brasileiro moldou a visão de Varnhagen sobre o período da ocupação holandesa no século XVII. As lutas contra os invasores, conduzidas pelo governo imperial português e os homens de poder locais haviam evitado a divisão da costa brasileira entre várias nações europeias. Enquanto durante os mesmos anos no século XVII, os espanhóis perderam o monopólio de colonização no Caribe e tiveram que permitir a ocupação pelos holandeses, pelos ingleses e pelos franceses, os portu-

gueses no Brasil reafirmaram seu monopólio através da expulsão dos holandeses. O conservadorismo monarquista de Varnhagen parece ter um traço liberal, mas isso não parece ter influenciado seu tratamento do período holandês. Diferentemente de historiadores depois dele, Varnhagen não se ateve aos possíveis benefícios que a presença holandesa continuada pudessem ter trazido ao Brasil, tais como representação política, tolerância religiosa, a imprensa ou a universidade.

Guiado por preocupações dentro da *sua* comunidade do estado nacional, Pieter Marinus Netscher aplicou uma estrutura ao seu tratamento do período holandês no Brasil que foi em alguns aspectos bastante semelhante, mas, em outros, muito diferente da estrutura de Varnhagen. No final do século XVIII, a república holandesa conheceu uma revolução democrática. Havia sido conquistada pela França revolucionária e perdido temporariamente a maioria das suas colônias para a Inglaterra contrarrevolucionária. No começo do século XIX, os ingleses haviam restaurado o estado holandês não como república, mas como monarquia constitucional regida pela Casa de Orange-Nassau, a família que havia fornecido os Stadhouders (regentes) durante a república. O novo estado, engrandecido com os Países Baixos do sul, iria servir como amortecedor contra a expansão francesa para o Norte. A Inglaterra também havia devolvido aos holandeses a maioria das posses coloniais. A perda temporária da soberania nacional e a dependência quanto aos estados vizinhos maiores e mais poderosos havia encorajado um movimento de renascimento nacional entre as classes educadas do pequeno território da Holanda. Muitos holandeses começaram a ver o século XVII como período exemplar, a Era de Ouro na história holandesa. No período glorioso entre 1590 e 1650 a Holanda ganhou independência nacional na guerra em âmbito mundial contra o Império Espanhol-Português. Os holandeses também ganharam reconhecimento internacional como entidade cultural separada e distinta, particularmente através de seus pintores. Além do mais, a república independente holandesa havia se tornado um importante poder europeu com posses coloniais no Oriente e

no Ocidente  
aquelas da  
aqueles que  
de Orange-  
ropeu. Sem  
um poder  
XIX, Contra  
do século 17  
O *Night Wa*  
de recomer

Netscher  
narquista, r  
potência co  
potências e  
crescido pa  
independen  
do. Netsche  
nas Índias e  
cartográfica  
império hol  
receram pr  
jornal tinha  
do rei holar  
internacion

Com st  
um estudo  
cher por ca  
inspiração  
central nas  
narquia po  
Netscher e  
cassara enc

com a Companhia das Índias Orientais, que conseguira adquirir um império colonial na Ásia.

Netscher discerniu alguns traços resgatáveis na história da Companhia das Índias Ocidentais. A guerra de corsários e a tentativa de conquista do Brasil tinha causado vários danos ao Império Espanhol-português e assim ajudado o estado holandês a ganhar reconhecimento como potência soberana. O Conde Maurício de Nassau-Siegen havia se mostrado um governador capaz, cujas realizações foram frustradas pelas políticas menos previdentes dos diretores da WIC. Esse homem, de um ramo da Casa de Orange-Nassau, havia mostrado a importância de uma orientação aristocrata aos comerciantes holandeses e empreendedores coloniais. Outra parte da explicação pelo fracasso final da WIC foi a firme resistência oferecida pelos portugueses na Europa e na América. Tinham sido oponentes valentes. Netscher estava tão convencido que ele havia tratado o inimigo de forma justa, que ele dedicou *Les Hollandais au Brésil* ao Imperador brasileiro, Dom Pedro II. Duvido que Varnhagen considerasse a ideia de fazer semelhante gesto.

Além dos variantes da ótica nacional monarquista, Varnhagen e Netscher compartilhavam outro ponto de vista. Ambos consideravam a colonização europeia, e mais tarde a formação de estado independente nas Américas, como missões civilizadoras. Cada um à sua maneira, os portugueses e os holandeses haviam ajudado os habitantes do Brasil a aumentarem seu poder sobre a natureza, a explorarem os recursos naturais pelo benefício geral da humanidade e a se tornarem mais educados. Netscher estimava Dom Pedro, porque, de um ponto de vista científico, ele se engajava num empreendimento semelhante ao do rei holandês Guilherme II e de seu filho o príncipe Henrique.

Depois de Varnhagen e Netscher, na segunda parte do século XIX, historiadores no Brasil e na Holanda fizeram um esforço para fortalecer a abordagem histórica científica ao período holandês no Brasil. Coletar e publicar mais fontes receberam prioridade. Os brasileiros em particular fizeram um esforço impressionante para se valerem das fontes

Histo  
mas fizera  
Esse inter  
minância

holandesas através da missão de José Hygino Duarte Pereira em 1885-6. Esse membro do Instituto Histórico Pernambucano investigou rigorosamente os arquivos da WIC em Haia e copiou muitos documentos. Outro membro proeminente do Instituto, Alfredo de Carvalho, traduziu muitas fontes holandesas para o português para publicação no jornal do Instituto. Notavelmente, os brasileiros também demonstraram forte interesse em localizar e se possível recuperar as fontes visuais do período holandês, por serem incomuns na cultura histórica e científica da época. Esse esforço começou com a visita de Dom Pedro II e Varnhagen a Copenhagen onde haviam visto as pinturas de Eckhout, e mandaram copiá-las para o Instituto Histórico Brasileiro. José Hygino tentou, sem sucesso, localizar em Paris as pinturas de Frans Post que Mauricio de Nassau apresentou a Luis XIV. Em 1911, Pedro Souto Maior teve êxito onde seu antecessor falhou. O diplomata brasileiro de Pernambuco e também membro do Instituto Histórico Pernambucano, Manuel de Oliveira Lima admirou, no começo da década de 1890, pinturas de Post no Rijksmuseum em Amsterdã. Ele pode ter sido instrumental nas primeiras compras das obras de Post pelos seus amigos Eduardo Prado de São Paulo na década 1890 e Artur Cavalcanti e Alfredo de Carvalho de Recife, em 1895 e 1906 respectivamente. O próprio Oliveira Lima comprou um quadro de Post em 1910. Mas sua influência no resgate de Post provavelmente foi além. Ele fez amizade com o pai de Joaquim de Sousa Leão, o diplomata brasileiro que mais faria para reconstituir a obra de Post, e fazer das pinturas algo do passado que alguns brasileiros realmente queriam compartilhar com os holandeses. O diplomata Oliveira Lima pode bem ter inspirado o jovem Joaquim, que também se tornaria diplomata. É somente um pequeno exagero dizer que Frans Post foi "reinventado" pelo Itamaraty.

Historiadores holandeses ajudaram a publicar fontes holandesas, mas fizeram pouco para se familiarizarem com os arquivos portugueses. Esse interesse "morno" no período brasileiro pode ser explicado pela dominância da estrutura nacionalista-imperial até 1945. Conforme observei

antes, nesse paradigma, o status do estado holandês foi determinado pelas posses coloniais na Indonésia. Historiadores holandeses continuaram a tratar a ocupação do Nordeste brasileiro como apenas um episódio insignificante e infeliz. Nos levantamentos da história colonial holandesa, trataram do tema em pouquíssimas páginas. Após Netscher, a próxima monografia sobre os holandeses no Brasil por um autor europeu foi *Das holländische Kolonialreich no Brasilien* de Herman Wätjen (1921). Embora Alemão, Wätjen aceitava o paradigma holandês predominante da história colonial. Através do seu tratamento extensivo de questões econômicas, ele suplementou bem a história política de Netscher. Como seus colegas holandeses, Wätjen elogiou as políticas previdentes de Maurício de Nassau, que afinal havia se criado na Alemanha e depois se tornado figura importante na história da Prússia. Historiadores holandeses também mantiveram viva a memória de Nassau nas monografias biográficas, que dedicaram mais atenção aos seus anos na República Holandesa e na Alemanha do que àqueles que passou no Brasil.

Diferentemente dos brasileiros, os historiadores holandeses mostraram pouco interesse nas fontes visuais. Tinham consciência de Frans Post, mas Eckhout parece ter fugido totalmente da abrangência da sua visão até a publicação do livro de Thomsen em 1938. Na estrutura nacionalista-imperialista predominante, os pintores da Idade de Ouro eram considerados um bem nacional valioso, mas Frans Post foi classificado como mestre de menor porte, um de muitos. Mais importante: Post não havia pintado a paisagem nacional e nem o meio de vida holandês, e sim, cenas exóticas. Foi aceito como normal o fato que ele fez isso de maneira naturalista, e realista; naturalismo e realismo eram considerados como os atributos distintivos da pintura holandesa na Idade de Ouro. Os historiadores brasileiros aceitaram essa caracterização da forma de pintura de Post, mas não o criticaram por essa abordagem supostamente holandesa. Isso pode ter relação com sua devoção à ciência. A ciência, afinal, iria revelar a realidade como era de fato. Para eles, ele foi o primeiro e único pintor profissional no período colonial que havia conse-

guido retratar sua terra e seu povo como tinham sido. Além do mais, o homem que havia assinado uma das suas obras pintadas em Recife como Francisco Correio o fez de forma bem enfática. Como Nassau antes dele, Post se tornou um tipo de brasileiro honorário.

Nos anos em que os brasileiros começaram a comprar pinturas de Frans Post, Manuel de Oliveira Lima formulou uma alternativa ou ao menos uma revisão rigorosa da ótica de Varnhagen sobre o período holandês. Em *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (1895), ele adotou um ponto de vista regionalista, em vez de nacional. O que importava para ele era o que a luta contra os holandeses havia significado para os pernambucanos e como havia contribuído ao papel distinto de Pernambuco na história brasileira. Oliveira Lima argumentou que a resistência contra a conquista holandesa havia potencializado e muito, entre pernambucanos, a lealdade a lideranças que sabiam mobilizar os distintos grupos étnicos para uma finalidade comum e como afirmar os interesses da região, não apenas contra os holandeses, mas também se necessário, contra os desejos da monarquia na metrópole e do governador-geral em Salvador. Ele redefiniu a luta como não sendo primariamente entre os impérios coloniais holandeses e portugueses, e sim, entre o império colonial holandês e os pernambucanos de origens portuguesa, africana e indígena. Assim, ele modificou seriamente o compromisso unitário e centralista da perspectiva de Varnhagen.

Diferentemente de Varnhagen, Oliveira Lima também perguntava se o regime holandês podia ter tido atrações para os pernambucanos do século XVII, ou não. De fato, ele pensou que esse poderia ter sido o caso, ao menos se o Governo da Holanda tivesse assumido a colônia no lugar da WIC e seguido as políticas iluminadas de Nassau. Ele elogiou Nassau pela sua tolerância religiosa, pela introdução de uma assembleia representativa e de um comércio livre, pelo compromisso com as ciências naturais, a tecnologia, a arquitetura civil e com a arte naturalista, mencionando as pinturas de Frans Post que ele viu primeiro no Rijksmuseum no início da década 1880. Se os holandeses tivessem permanecido mais

tempo, eles talvez tivessem introduzido a imprensa e fundado uma universidade, benefícios que os brasileiros não teriam por mais um século. Porém, embora alguns atributos da cultura holandesa possam ter atraído alguns pernambucanos do século XVII, sua apreciação pelos seus traços progressistas foi subtraída pelo comportamento extorcionário de um número maior de oficiais da Companhia e o comercialismo restrito da WIC, segundo argumentou Oliveira Lima. Os pernambucanos haviam resistido ao ataque brutal contra seus meios de vida ao recorrer ao catolicismo português conforme definido pelo clero secular, as ordens religiosas e a Inquisição. Encontraram encorajamento na sua mensagem de redenção através da verdadeira e única igreja cristã e no amor fraterno praticado pelas suas instituições caritativas. Através da introdução de declaradas posições liberal e republicana à sua perspectiva regionalista, Oliveira Lima se distanciou dos compromissos monarquistas, e predominantemente conservadores do paradigma de Varnhagen.

A alternativa regionalista ao ponto de vista nacional-monarquista de Varnhagen teve suas raízes na longa tradição de patriotismo regional, belamente analisada por Evaldo Cabral de Mello em *Rubro veio*. Oliveira Lima levou essa tradição venerável do campo do imaginário e a transformou numa versão moderna da história do seu estado de origem. Ao fazer isso, ele se sentiu limitado pelas restrições da história científica. Ele usou algumas das fontes holandesas que haviam recentemente sido disponibilizadas: por exemplo, as minutas da Assembleia Geral convocada pelo Conde Maurício. A sua ótica regionalista e a sua avaliação da cultura holandesa do século XVII foram claramente influenciadas por grandes mudanças recentes na forma tradicional de viver em Pernambuco e no Brasil, tais como a abolição da escravatura (no qual o estadista pernambucano Joaquim Nabuco havia tido um papel tão essencial), a transição de Império para República, o início de um tipo de sociedade mais industrializada, urbanizada e secularizada e a dinâmica nas relações de poder entre as várias regiões do Brasil.

No começo do século XX, diminuiu o interesse no período holandês entre brasileiros. Ele foi resgatado pelo ressurgimento do regionalismo não apenas pernambucano, mas nordestino nas décadas 1920 e 30, que se exprimiu em eventos notáveis como o Primeiro Congresso Regional do Nordeste (1926) e a Comemoração Tricentenária da chegada de Maurício de Nassau (1937). Esse evento controverso foi a ocasião que encorajou Joaquim de Sousa Leão a publicar seu primeiro inventário das pinturas de Frans Post, como nos lembra Daniel Souza de Leão Vieira. O grande número de pinturas de Post possuídos por brasileiros, elencadas por Joaquim de Sousa Leão no seu inventário é outra indicação do interesse renovado no período holandês.

O livro *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, foi um ingrediente poderoso no movimento regional nordestino. A imaginação histórica, sociológica e literária muito especial de Freyre evocou uma identidade brasileira profundamente moldada pelo estilo de vida da sociedade das plantações e usinas no Nordeste. A estrutura das plantações havia surgido no período colonial, mas continuava como força histórica durante o Império e além. Era um mundo que os portugueses tinham criado, porém para o qual os negros africanos e ameríndios haviam contribuído de forma significativa. O estado colonial e nacional havia resguardado uma missão civilizatória envolvendo todos os grupos étnicos. A civilização que surgiu era singelamente mestiça, singelamente brasileira e não meramente portuguesa, europeia nem branca. Nisso Freyre divergiu de seu mestre Oliveira Lima que favorecia a imigração branca e o *branqueamento*. Foi essa versão freyriana da ótica histórica regionalista de Oliveira Lima que influenciou as monografias sobre o período holandês no Brasil de José Honorio Rodrigues e José Antonio Gonsalves de Mello, publicadas na década de 40. Ambos esses autores estão comprometidos com as normas da história científica do século XIX, mas a imaginação freyriana claramente as afetou. Nos seus estudos, a sociedade e a cultura representam os principais conceitos organizadores, não mais a política.

Rodrigues e Gonsalves de Mello se focaram no encontro entre dois tipos de cultura e sociedade, menos nas lutas entre os Impérios português e holandês (Varnhagen) ou entre os holandeses e os pernambucanos (Oliveira Lima). Na sua obra *Civilização holandesa no Brasil* (1940), Rodrigues se preocupou principalmente com classificações. Ele definiu os tipos de sociedades (calvinista, capitalista, e burguesa por um lado, e católica, feudal e aristocrata pelo outro). Ele elencou os vários campos sociais que deveriam ser levados em conta na análise do encontro e preencheu essas caixas conceituais com tantos fatos históricos quanto possível. Finalmente, ele ofereceu uma teoria um pouco mais marxista da superestrutura cultural e base material para explicar o que tinha acontecido. Em *Tempo dos flamengos*, Gonsalves de Mello se preocupou menos com exercícios teóricos ou conceituais. Ele se ateu aos fatos históricos, muitos, muitos, muitos deles, obtidos das fontes que José Hygino copiou na Holanda. Porém, ele usou algumas das categorias de Rodrigues para organizar sua exposição dos fatos. Apesar dessas diferenças em metodologia, ambos os autores fizeram perguntas semelhantes: o que acontecia nos confrontos entre as unidades socioculturais holandesas e pernambucanas? Eram fundamentalmente incompatíveis ou havia áreas em comum? Os holandeses deixaram alguns traços duradouros na sociedade e na cultura do Nordeste? Não irei resumir as respostas porque todos vocês as conhecem bem. Em vez disso, voltarei às perspectivas usadas por historiadores holandeses quando eles abordaram o período holandês no Brasil.

O paradigma nacional-imperial de Netscher permaneceu em vigor entre historiadores coloniais holandeses até o final da Segunda Guerra Mundial. Continuaram a buscar no Oriente em vez do Ocidente. A parte *imperial* do paradigma nacional-imperial foi desaparecendo após a independência da Indonésia em 1949 e os graduais processos de descolonização na Ásia e na África. A visão de que os holandeses ou outras nações europeias pudessem impor sua dominância e cunho cultural sobre não-europeus maleáveis foi substituída por aquela de que os povos colonizados haviam sido atores, não apenas sujeitos, e continuavam a desenvolver seus jeitos de viver. A parte *nacional* do paradigma nacio-

nal-imperial perdeu sua força constrangedora e recebeu novo significado. Após a perda do império no Oriente, os holandeses tiveram que abandonar a pretensão de ser a menor das grandes potências europeias. O pequeno estado holandês se deu conta, como nunca, da sua dependência dos outros, especialmente da Inglaterra e dos EUA. Após a ocupação pelos nazistas totalitários da Alemanha e sob a ameaça de uma repetição disso pelo igualmente totalitário Bloco Soviético, os holandeses estavam dispostos a compartilhar sua soberania com outras nações democráticas europeias. Tornaram-se campeões de uma Europa Ocidental unida. Estudava-se cada vez mais a história nacional como parte da história europeia, enfocando nas tradições clássicas, judaico-cristã e do Iluminismo que a Holanda compartilhava com outras nações da Europa (Ocidental), em vez de se concentrar no que fez a Holanda distinta. Homens instruídos que ganhavam nome na Europa promovendo o humanismo, uma forma tolerante de cristianismo e a lei internacional, tais como Erasmus e Grotius, foram promovidos como figuras-chave que representavam a nação holandesa no lugar de generais e almirantes que haviam lutado para estabelecer a soberania nacional e o império colonial ou os campeões do calvinismo que transformaram o estado holandês numa potência protestante.

Aos poucos, a perspectiva europeia sobre a história nacional holandesa foi ampliada para uma do mundo ocidental. O Ocidente constituía não apenas a Europa, mas incluía a América do Norte e a América Latina. Em primeira instância, essa perspectiva foi experimentada em universidades dos EUA, e se disseminou no início da década 60 para muitas universidades europeias; apresentou a história europeia como a história da Civilização Ocidental. A Civilização Ocidental teve suas raízes no Oriente Médio Judeu, na Grécia Clássica e no Império Romano, atingindo seu desenvolvimento máximo na Europa durante a Idade Média Cristã. Gradualmente seus valores centrais se institucionalizaram em direitos de propriedade privada, economia de mercado, fiscalizações representativas no poder do estado e instituições de aprendizagem que faziam o conhecimento teórico e prático avançar para aumentar o

controle do homem sobre a natureza e sua capacidade de criar riqueza. Através da colonização europeia, a Civilização Ocidental passou ao Novo Mundo. Nessa visão, a descolonização ia bem, uma vez cumprida a missão civilizatória europeia, pelo menos enquanto as nações recém-independentes permanecessem democráticas e respeitassem a iniciativa privada. O paradigma do crescimento e a disseminação da Civilização Ocidental substituiu o paradigma nacional-imperial no estudo das relações da Holanda com o mundo não europeu.

Graças a essa mudança de paradigma, a expansão holandesa para o Atlântico agora se tornou tão importante quanto a expansão na Ásia, mas como parte da expansão europeia. A construção e manutenção de impérios por via marítima foi estudada de maneira comparativa e as interações entre impérios receberam maior atenção. Nisso, os historiadores holandeses seguiram o exemplo do grande historiador inglês Charles Boxer. A aquisição de império no Oriente agora era vista como parte de uma luta mundial com o Império Espanhol-Português, com teatros na África, na América e na Europa, além da Ásia. A tentativa holandesa de conquistar o Brasil pode ter sido um fracasso para a WIC, mas permitiu a construção de colônias de açúcar competitivas pela Inglaterra e pela França no Caribe. O caráter internacional da WIC e pessoal da VOC foram destacados, e as grandes contribuições de alemães, escandinavos e franceses às companhias receberam o devido reconhecimento. Pesquisas sobre o comércio holandês de escravos se tornaram parte do esforço internacional de reconstruir o comércio de escravos do Atlântico como um todo, culminando na base de dados construída por David Eltis e muitos outros. Os dados detalhados sobre a divisão por sexo e idade dos escravos importados para Recife durante a ocupação holandesa que eu recuperei, mostraram ser os primeiros desse tipo, e levantam questões sobre os fatores de oferta e demanda no comércio de escravos do Atlântico.

O interesse na escravatura e o comércio de escravos indicam que os historiadores holandeses não percebiam a disseminação da Civilização Ocidental como bênção irrestrita, espalhando somente liberdade, iluminação, e prosperidade. Estudos sobre a imagem da África e do negro

atuação  
previsão  
estudo  
per  
estudo  
gra  
quis  
nes  
de  
tenho  
são  
das  
crítico  
dores  
Enquan  
cional e col  
e da dissemi  
sobre o per  
ta, uma pers  
a história be  
que ganhei  
e de *Olanda*  
ou patriotist  
Mello desmi  
podem ser li  
embora ele n  
em Recife pe  
brasileira ou  
bre as peregr  
de Mello, un

africano, aos quais fiz algumas contribuições, revelaram como surgiram preconceitos sobre a superioridade cultural da Europa e dos brancos sobre os negros no curso da expansão europeia, moldando atitudes holandesas durante a ocupação do Nordeste brasileiro. Temas propostos por Gilberto Freyre entraram na perspectiva do Mundo Ocidental através do trabalho sobre escravatura comparativa e relações raciais pelos estudiosos norte-americanos Frank Tannenbaum, Stanley Elkins, Eugene Genovese e outros. Mostraram que classificações étnicas e hierarquias sociais haviam assumido formas diversas no Brasil, no Caribe e nos EUA. O historiador/sociólogo holandês Harry Hoetink contribuiu de maneira original para esse tipo de estudo. Tomando seu exemplo, tenho buscado mostrar que os argumentos levantados nesses estudos são relevantes para a interpretação dos retratos étnicos de Eckhout e das paisagens brasileiras de Frans Post. Houve um viés decididamente crítico na adoção do paradigma da Civilização Ocidental pelos historiadores holandeses, pelo menos no último quarto do século XX.

Enquanto os holandeses se ocupassem em entrelaçar sua história nacional e colonial nas narrativas mais abrangentes da expansão europeia e da disseminação da Civilização Ocidental, os brasileiros que escreviam sobre o período holandês parecem ter mantido, ao menos à primeira vista, uma perspectiva nacionalista ou regionalista. Continuaram a escrever a história brasileira ou pernambucana. Isso pelo menos é a impressão que ganhei das biografias de Gonsalves de Mello sobre *Os restauradores* e de *Olinda restaurada* e *Rubro veio* de Cabral de Mello. Seu nacionalismo ou patriotismo regional foi, porém, do tipo muito abafado. Gonsalves de Mello desmistificou *Os restauradores* e as duas obras de Cabral de Mello podem ser lidas como uma desconstrução do patriotismo pernambucano, embora ele nunca usasse esse termo, acredito. Os estudos sobre os judeus em Recife por Gonsalves de Mello e Vainfas, porém, fogem da estrutura brasileira ou regional como também faz a análise astuta deste último sobre as peregrinações de Manuel de Moraes e *O negócio do Brasil* de Cabral de Mello, uma das narrativas mais instrutivas sobre as grandezas e mi-

sérias da diplomacia. Além do mais, não tenho dúvidas que – do mesmo jeito que suas contrapartidas holandesas – todos esses autores brasileiros tiveram nas suas cabeças uma noção da Civilização Ocidental, quando escreviam história brasileira ou pernambucana.

Na minha contribuição, tentei esboçar as principais óticas e significados atribuídos por historiadores brasileiros e holandeses ao seu passado compartilhado. Durante os últimos cento e cinquenta anos, os pontos de vista tiveram algumas coisas em comum, mas diferiram em outras. Isso é inevitável, e não deve ser levado como sinal do caráter não científico da prática da história. Devemos tentar ter consciência das suposições que nós e outros aceitamos sem mais nem menos. Devemos valorizá-las ou criticá-las, mas nunca ignorá-las. Como o historiador holandês Pieter Geyl destacou corretamente, o estudo da história é, e deve sempre ser, um debate sem fim.

Como comentário final, deixo acrescentar somente isso: Esta conferência, a terceira este ano, parece ser um sinal que nosso “passado compartilhado” está atraindo interesse renovado. Mestres da arte da história tais como Evaldo Cabral de Mello e Ronaldo Vainfas têm acrescentado recentemente contribuições importantes aos seus primeiros estudos do período holandês. Durante a última década, vários jovens acadêmicos brasileiros e portugueses pesquisaram em arquivos e bibliotecas holandeses e espanhóis e publicaram dissertações valiosas. Alguns historiadores holandeses mais jovens parecem ter vontade de se juntar a eles. O estudo das fontes visuais tem atraído cada vez mais atenção a algumas publicações cruciais recentemente. A Editora Index cumpriu um serviço precioso ao publicar todas as pinturas do *libri picturati* em Cracóvia. Bia e Pedro Corrêa do Lago nos deram o novo catálogo de obras de Frans Post e Rebeca Brienen-Parker, o das obras de Eckhout. Sempre é extremamente difícil fazer previsões precisas, especialmente sobre o passado. Porém, parece seguro afirmar que nosso “passado compartilhado” receberá um novo sopro de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Apresentação de Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Olinda restaurada: guerra do açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense Universitária: Edusp, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Rubro veio: imaginário da Restauração Pernambucana*. 3ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de, 1916-2002. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: José Olympio, 1947.
- NETSCHER, P. M. *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mario Sette. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.
- VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- VARNHAGEN, F. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Salvador: Progresso, 1955.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Revisão de Cassimiro de Abreu. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1907.
- VIEIRA, Antonio, Padre, 1608-1697. *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial hollandez no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.